

20 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ayres Britto fará falta

Foi uma homenagem a uma convicção sustentada durante longo tempo. Na última sessão de que participou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há uma semana, o seu presidente, Carlos Ayres Britto, que exercia o cargo em virtude de sua condição de titular do Supremo Tribunal Federal (STF), viu aprovada uma ideia que trouxera consigo para o colegiado – a de fazê-lo acompanhar os processos que envolvem o exercício da liberdade de imprensa. Criado para aperfeiçoar o sistema judiciário brasileiro, o CNJ, no entender de Britto, “não podia deixar de se interessar” pelo modo como as relações entre a imprensa e o sistema democrático “são cotidianamente equacionadas” pela Justiça brasileira.

O interesse tomará a forma de uma comissão denominada Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade. Presidido por um membro do CNJ, dele farão parte outros conselheiros, representantes da magistratura federal e estadual, da OAB e de entidades da área da comunicação. Evidentemente, Ayres Britto deixa claro, o Fórum não terá “nenhuma interferência na autonomia técnica dos magistrados” no exame de litígios que envolvam a liberdade de expressão. Ao criar um banco de dados desses julgamentos, o que lhe permitirá fornecer informações objetivas aos tribunais para suplementar a tomada de suas decisões, o Fórum poderá verificar, de acordo com o seu inspirador, o cumprimento da sentença do STF que extinguiu, por inconstitucional, a Lei de Imprensa do regime militar.

Numerosos membros da alta magistratura decerto têm, ou tiveram a seu tempo, a mesma inabalável convicção de Ayres Britto sobre o “vínculo umbilical”, como diz, entre o direito à informação e a livre manifestação do pensamento, de um lado, e a democracia, de outro. Mas difícil-

mente algum deles o terá superado em matéria de zelo – juridicamente alicerçado – em defesa da liberdade fundamental nas sociedades civilizadas. Quanto mais não fosse, o seu voto pela eliminação do entulho autoritário configurado na Lei de Imprensa deixou cravada na pedra uma passagem luminosa da trajetória da mais alta Corte do País – e da presença, nela, de um ministro que não inspirava expectativas dignas de nota quando o presidente Lula o nomeou em 2003 para a primeira vaga que se abria no seu mandato.

Aposentado compulsoriamente no domingo, quando alcançou a idade-limite de 70 anos, esse sergipano de Propriá havia ocupado algumas das mais respeitadas funções no Judiciário de seu Estado, escrito um punhado de livros de poesia – e tentado, em vão, eleger-se deputado federal pelo PT, ao qual esteve filiado por 18 anos. Assumiu a sua cadeira no STF praticamente dois anos antes de um acontecimento que mudaria a sua vida e a dos pares de quem se despediu na semana passada dizendo que o Judiciário está “transformando o País”. Foi a entrevista em que o então deputado Roberto Jefferson denunciou o esquema de compra de apoio parlamentar ao governo Lula, fazendo rebentar o escândalo do mensalão. Nos breves sete meses em que lhe tocou presidir o Supremo, a contar de abril último, Ayres Britto teve papel decisivo para impedir que o julgamento do caso ficasse para o dia de São Nunca.

Durante os trabalhos, impressionou pela mansidão o grande público que não tinha acesso aos bastidores da Corte para saber que ele punha a placidez a serviço da firmeza a fim de que nada tirasse do prumo o fecho da mais importante ação penal da história do STF. A expressão “algodão entre cristais”, tanto usada para descrever a sua atitude diante da troca de desaforos entre os ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski, não conta tudo. O exercício do

apaziguamento em nenhum momento o levou a abrandar a sua preocupação primeira com a estrita obediência à Constituição. “O Supremo”, ensinou, “interfere mais e mais no curso da vida, como deve ser, como fiel intérprete de uma Constituição concretista (*que não se atém ao enunciado de princípios gerais e abstratos*).”

A lhaneza, a contenção do ego em um ambiente que não se caracteriza propriamente pela modéstia de seus ocupantes tampouco o inibiram de disparar na despedida uma ardida lição aos remanescentes: “Derramamento de bÍlis não combina com a produção de neurônios”. Fará falta.

20 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO Ministérios Públicos de 5 Estados não cumprem resolução

Procuradorias teriam de divulgar ao menos salários e matrículas de funcionários; São Paulo integra lista dos órgãos 'caixa-preta'

Seis meses depois de a Lei de Acesso à Informação entrar em vigor, 12 Ministérios Públicos Estaduais, além do Ministério Público Militar, ainda não divulgam individualmente nomes e salários de seus funcionários. Entre eles, 5 são praticamente uma caixa-preta: não dão nenhum dado sobre os vencimentos – nem nome nem matrícula dos servidores – contrariando resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o assunto.

O Ministério Público de São Paulo é um dos que não divulgam individualmente informações sobre salários de seus membros. Estão ainda nessa lista Ceará, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.

O item VII do artigo 7.º da resolução 89 do CNMP determina que cada MP deve publicar em seu sítio na internet “remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada do beneficiário e da unidade na qual efetivamente presta serviços”.

Outros 7 Ministérios Públicos Estaduais – e também o Ministério Público Militar – divulgam apenas matrícula dos funcionários e os salários, sem os nomes.

Isso porque, ao contrário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos Poderes Executivo e Legislativo Federais – todos divulgam nomes e salários dos servidores –, a resolução 89 do CNMP per-

mite que os Ministérios Públicos divulguem os vencimentos de cada funcionário atrelado apenas ao número de matrícula – o que na prática impede a identificação.

O grau de transparência entre os que mostram nomes também varia. Os Ministérios Públicos Federais do Trabalho, além dos Ministérios Públicos do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Norte e de Roraima são os mais transparentes: divulgam nomes e salários de todos os servidores numa mesma lista e sem necessidade de cadastro de quem pretende consultá-la.

Já os Ministérios Públicos de Goiás, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal publicam os salários e as matrículas dos funcionários numa lista. Para saber a quem corresponde determinada matrícula, o cidadão precisa abrir uma segunda tabela.

Pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da FGV-SP, Fabiano Angélico considerou positiva a quantidade de MPs que publicam nomes e salários. “É bom saber que a maioria optou pela divulgação nominal dos vencimentos. Sinal de que a pressão da sociedade tem funcionado. Por outro lado, em se tratando de Ministérios Públicos, cuja função é zelar pelo cumprimento das leis, é frustrante que alguns ainda estejam relutantes.”

O presidente da ONG Movimento do Ministério Público Democrático, Claudionor Mendonça dos Santos, defende a identificação pela matrícula – e não pelo nome – por questões de seguran-

ça. “Visualizo perigo na publicação nominal de salários na situação em que vivemos. Por meio da matrícula nada impede que o cidadão requeira ao MP a identidade do servidor que recebe determinado salário. Quando o Estado garantir nossa segurança, seremos a favor da divulgação nominal”, diz Santos, que é promotor em Santo André.

Voto vencido. Relator da resolução 89 do CNMP, o conselheiro Mario Luiz Bonsaglia discorda do colega. “Fui voto vencido na sessão do CNMP que decidiu pela não obrigatoriedade da publicação nominal dos vencimentos. O MP tem que dar o exemplo de transparência. Sou procurador da República, tenho meu salário exposto na internet e não sofri nada até agora”, afirma.

CONTINUA

20 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SITUAÇÃO NAS PROCURADORIAS DE ESTADO

● O grau de transparência nos Ministérios Públicos

■ TRANSPARENTES

Publicam nome e salário do servidor

15

■ POUCO TRANSPARENTES

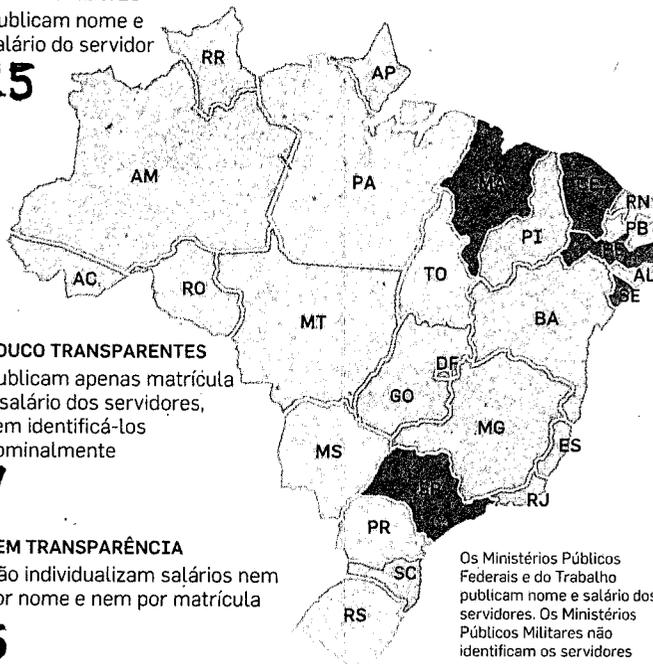
Publicam apenas matrícula e salário dos servidores, sem identificá-los nominalmente

7

■ SEM TRANSPARÊNCIA

Não individualizam salários nem por nome e nem por matrícula

5



Conselho avalia auxílio-moradia

● O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pode retomar na sessão de hoje a votação sobre a regularidade do pagamento de auxílio-moradia a todos os membros (promotores e procuradores) dos Ministérios Públicos dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Amapá. O relator Mario Luiz Bonsaglia votou pela suspensão do benefício. Para ele, o pagamento indiscriminado do auxílio-moradia perde seu caráter indenizatório e deixa de ser compatível com o regime de subsídio, remuneração em parcela única aplicada aos membros dos Ministérios Públicos de todo o País. Ele foi acompanhado pelo conselheiro Adilson Gurgel, que antecipou seu voto.

CONTINUA

Procuradorias afirmam que vão se adaptar às normas

Dos cinco Ministérios Públicos Estaduais que ainda não publicam os salários de seus servidores, três prometeram divulgá-los nominalmente em breve. O de São Paulo diz que vai publicar em seu portal nomes e respectivos vencimentos “no menor prazo possível”. Hoje, o site do órgão fornece informações gerais, como uma tabela com os salários de seus funcionários por cargo, relação de servidores efetivos, com cargos comissionados e cedidos a outros órgãos, além de pagamentos de indenizações e diárias.

O do Maranhão disse estar “em fase de aprovação”, ainda para novembro, “a tabela especificada pelo CNMP dos salários e nomes de membros de servidores”.

O do Ceará afirmou que divulgará os dados a partir desta semana “de forma discriminada, com a demonstração de vencimentos e descontos legais como IR e Previdência”.

Já o MP de Pernambuco informa que “continua trabalhando para se adequar à resolução 89 do CNMP” e que “disponibilizará numa só tabela os dados dos servidores e seus respectivos vencimentos”, sem especificar se a divulgação será nominal ou por matrícula. O de Sergipe não respondeu ao e-mail do Estado, que não conseguiu contato com sua assessoria.

Os oito Ministérios Públicos que publicam os salários e as matrículas dos funcionários também foram ouvidos pelo Estado.

O do Paraná diz que desde 2008 já publicava nominalmente na internet a estrutura remuneratória de seus membros e servidores e que, após a resolução 89 do CNMP, “passou a publicar a remuneração atrelada ao número de matrícula, cargo e lotação”.

O do Rio Grande do Sul disse que não vincula os salários aos nomes dos servidores “por causa da Lei Estadual 13.507/2010, que veda expressamente a publicação de nomes junto dos salários”.

O Militar informou que publicou no último dia 8 em seu site a individualização dos subsídios com as matrículas dos funcionários. O de Mato Grosso do Sul diz que buscou “garantir a intimidade dos membros e servidores”. O órgão explica que o Estado “faz divisa com Paraguai e Bolívia, existindo inúmeras questões referentes ao crime organizado que são enfrentadas pelos membros e servidores do MP-MS”.

Os Ministérios Públicos da Paraíba, de Alagoas e do Tocantins informaram que divulgam os salários com as matrículas pela segurança de seus servidores. Segundo o MP de Tocantins, seis de seus membros estão ameaçados de morte. O do Pará não explicou por que não publica os vencimentos nominalmente.

CONTINUA

Governo de São Paulo é líder em ranking de transparência de gastos

O índice avalia conteúdo, atualização e facilidade de uso dos portais de acompanhamento orçamentário de Estados

Daniel Bramatti

Pela segunda vez, o Estado de São Paulo lidera o ranking do Índice de Transparência da ONG Contas Abertas. O trabalho avalia o conteúdo, a atualização e a facilidade de uso dos portais de transparência orçamentária das 27 Unidades da Federação.

Depois de São Paulo, os Estados com orçamentos mais transparentes foram Espírito Santo, Pernambuco, Rio e Minas. Os cinco últimos colocados foram Roraima, Piauí, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os portais orçamentários se tornaram obrigatórios em 2009, com a aprovação da Lei Complementar 131, proposta pelo senador João Capiberibe (PSB-AP).

Em 2010, ano de estreia do ranking, nem todos haviam se adaptado à lei. “Como a maioria dos portais era extremamente precária, quando continham, ao menos, os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pontuávamos essas informações”, disse o diretor-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco. “Desta vez, só demos a pontuação quando as informações estavam contidas com maior clareza.”

Segundo a ONG, o objetivo do índice é “criar uma cultura de transparência ativa” no setor público e promover “uma competição saudável entre os gestores”.

O índice leva em conta a existência de informações sobre toda a execução orçamentária, desde a previsão de gastos até o efetivo pagamento. A pontuação também considera a existência ou não de informações sobre licitações, contratos e convênios, além de séries históricas e frequência de atualização. Um terço da nota é baseada na usabilidade dos portais – ganham mais pontos os Estados que oferecem download de sua base e, com isso, permitem a interação entre usuários e responsáveis pelos dados e dão opções de consulta e navegação.

‘Navegabilidade’. No balanço de 2012, a Contas Abertas diz que, de forma geral, houve aumento de transparência nos Estados. “Em 2010, a transparência não passou de ano, com nota inferior a 5. Desta vez, passou raspando”, disse Castello Branco. “A competição estimulou a melhoria. No próximo ano seremos mais exigentes, principalmente na avaliação da ‘navegabilidade’.

O secretário-chefe da Casa Civil paulista, Sidney Beraldo, creditou a liderança à melhoria no acesso e à criação do Conselho da Transparência. “De 2011 para 2012, disponibilizamos ao cidadão toda a folha de pagamento dos servidores”, afirmou.

Em nota, o governo de Mato Grosso do Sul, último lugar no ranking, disse promover “mudanças e adaptações gradativas para melhorar a transparência e dar cumprimento à lei”. A Secretaria de Comunicação Social de Mato Grosso, penúltimo colocado, informou que procura o “aperfeiçoamento da disponibilização da base de dados”. Antepenúltimo, o governo de Sergipe afirmou que todas informações previstas em lei estão no site e que “busca agilizar a navegabilidade”.

20 NOV 2012

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

♦ Avaliação feita pela ONG Contas Abertas em 2012

	NOTA	TRANSPARÊNCIA	DIFERENÇA
	0	10	
SP 2012	9,29		2,33
2010	6,96		
ES	8,73	5,36	3,37
PE	7,87	6,91	0,96
RJ	7,80	5,09	2,71
MG	7,38	5,60	1,78
RO	7,13	5,38	1,75
CE	7,09	4,18	2,91
SC	6,91	5,56	1,35
PB	6,56	5,07	1,49
RS	6,27	6,29	-0,02
RN	6,07	3,82	2,25
AL	5,85	5,20	0,65
DF	5,58	4,80	0,78
PR X	5,58	6,07	-0,49
TO	5,35	4,62	0,73
GO	5,11	5,16	-0,05
MA	5,07	5,24	-0,17
AM	5,02	5,24	-0,22
AP	5,00	3,85	1,15
BA	4,78	3,82	0,96
AC	4,42	3,82	0,60
PA	4,15	4,65	-0,50
RR	4,11	3,31	0,80
PI	3,96	3,04	0,92
SE	3,49	4,33	-0,84
MT	3,38	3,93	-0,55
MS	2,98	4,44	-1,46
MÉDIA	5,74	4,88	0,86

9
ESTADO
TIVERAM
NOTA
MENOR EM
RELAÇÃO
AVALIAÇÃO
DE 2010

20 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Brasil afro

Semana da Consciência Negra e da posse de **Joaquim Barbosa** no STF, **Dilma** anuncia conjunto de ações pró-comunidades quilombolas. Amanhã.

Segundo a Secretaria da Igualdade Racial, duas comunidades em Sergipe ganharão o título definitivo e terão suas terras demarcadas. Outras 11 serão decretadas como “endereço social” – primeiro passo para que o governo regularize, definitivamente, os quilombolas.

Brasil afro 2

O número é considerado um avanço pela secretaria. No ano passado, apenas uma comunidade conseguiu o decreto para iniciar a regularização.

Brasil afro 3

Entre os convidados de **Joaquim Barbosa** para a festa da posse no STF estão **Lázaro Ramos** e **Taís Araújo**.

18 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Os acórdãos do Supremo

Mesmo que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue com rapidez os recursos que os advogados dos réus da ação do mensalão

de certo impetração, o início da execução das decisões condenatórias demorará alguns meses. O motivo está num dispositivo do regimento interno da Corte que condiciona o início do cumprimento das penas à publicação, no *Diário Oficial*, do acórdão do julgamento. Outro dispositivo estabelece o prazo de 60 dias entre a decisão dos ministros e a data dessa publicação.

O problema é que, enquanto o primeiro dispositivo é levado a sério pelos ministros, o outro tem sido relegado para segundo plano, pois o regimento permite aos ministros ultrapassar o prazo nos casos de “motivo justificado”. Os integrantes da Corte alegam que, diante do número de recursos que têm de relatar e das sessões de julgamento a que têm de comparecer, o prazo de 60 dias é muito curto. Segundo as estatísticas do Supremo, há 2.632 processos julgados em caráter definitivo pelo STF aguardando a publicação de seus respectivos acórdãos. Desse total, uma parte significativa já ultrapassou o prazo regimental – uma dessas ações, relativa à condenação de um prefeito do Paraná por crime de responsabilidade, foi julgada em maio de 2010. Como não se sabe quando os ministros entregarão seus votos devidamente revistos, a decisão se encontra numa espécie de limbo jurídico.

“É inacreditável”, diz o ministro Marco Aurélio de Mello, pedindo providências ao futuro presidente do STF, Joaquim Barbosa, que assumirá o cargo no dia 22, em decorrên-

cia da aposentadoria compulsória do ministro Ayres Britto. Decano da Corte, o ministro José Celso de Mello Filho tem 689 acórdãos pendentes em seu gabinete. Ele é o magistrado com maior número de acórdãos não liberados para publicação, seguido pelo ministro Marco Aurélio, com 372 processos. O ministro com o menor número de processos pendentes é o presidente do STF, Ayres Britto. Ele só tem 7 acórdãos pendentes.

A morosidade na publicação dos acórdãos do Supremo decorre, basicamente, da prolixidade dos magistrados brasileiros. O acórdão é um resumo dos debates travados em plenário. É com base nele que as partes podem recorrer das decisões, apresentando embargos. Enquanto o acórdão de um julgamento não é publicado, a decisão fica em suspenso. Quando um julgamento é concluído, a responsabilidade pela redação do acórdão cabe ao relator, caso sua posição tenha sido a vencedora. Mas, se outro ministro discordar e tiver sua posição acompanhada pela maioria, ele é quem tem de preparar o texto. Além disso, os ministros que participaram do julgamento podem revisar a parte relativa aos seus votos e intervenções. Existe a possibilidade de votos sem revisão serem encartados nos acórdãos, mas seus autores têm o hábito de editá-los de forma meticulosa.

O problema é que, em vez de serem sucintos e objetivos, como ocorre nos tribunais anglo-saxônicos, nas cortes que seguem a tradição do direito romano – como é o caso da Justiça brasileira –, os juízes, desembargadores e ministros têm o costume de fazer longos votos e despachos extensos, recorrendo a uma linguagem empolada e a um grande número de citações doutrinárias, para demonstrar erudição. Nos Estados Unidos há ministros que – como Ben-

jamin Cardoso e Willian Wendel Holmes, por exemplo – deram votos históricos em causas de interesse nacional de apenas três páginas, e em linguagem escorreita. Já entre nós, casos que interessam somente às partes de um litígio muitas vezes têm sentenças e acórdãos com mais de 50 páginas, em linguagem empolada e de duvidosa erudição.

A insegurança jurídica é só um dos lados do problema do não cumprimento do prazo para publicação dos acórdãos, por parte dos ministros do Supremo. O outro lado é a confusão que isso gera entre os cidadãos não afeitos aos meandros forenses. Eles acham que os tribunais julgaram um determinado caso, mas, do ponto de vista jurídico, a decisão ainda não existe. Considerando-se o número de réus e a complexidade do caso, o acórdão do caso da ação do mensalão pode demorar meses, se o STF mantiver a tradição de morosidade.

Variações sobre a justiça

A justiça é o tema dos temas da Filosofia do Direito por conta da força de um sentimento que atravessa os tempos: a de que o Direito, como uma ordenação da convivência humana, esteja permeado e regulado pela justiça. A palavra direito, em português, vem de *directum*, do verbo latino *dirigere*, dirigir, apontando, dessa maneira, que o sentido de direção das normas jurídicas deve ser o de se alinhar ao que é justo.

O acesso ao conhecimento do que é justo, no entanto, não é óbvio. Basta lembrar que os gregos, para lidar com as múltiplas vertentes da justiça, valiam-se, na sua mitologia, de mais de uma divindade: Têmis, a lei, Diké, a equidade, Eirene, a paz, Eunômia, as boas leis, Nêmesis, que pune os crimes e persegue a desmedida.

No mundo contemporâneo o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades, que torna ainda mais problemático o acesso ao conhecimento do que é justiça, por meio da razão, da intuição ou da revelação. Essa problematidade não afasta a força das aspirações da justiça, que surge como um valor que emerge da tensão entre o ser das normas do Direito Positivo e de sua aplicação e o dever ser dos anseios do justo. Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça. Este é forte, mas indeterminado. Daí as dificuldades da passagem do sentir para o saber. Por esse motivo, a tarefa da Teoria da Justiça é um insistente e contínuo repensar o significado de justiça no conjunto de preferências, bens e interesses positivados pelo Direito.

Nestas variações sobre justiça vou inspirar-me no ensinamento de Bobbio, para quem o Direito se constitui como ordem paci-

Num Estado de Direito a exigência de leis gerais e impessoais afasta o agir discricionário

ficadora, aperfeiçoa-se como igualdade e completa-se com a liberdade. Paz, igualdade e liberdade, pondera ele, não são valores idênticos ou contrapostos. Têm esferas próprias, porém a realização da justiça, na sociedade, requer sua integração, num sempre desafiante compromisso teórico-prático.

As dicotomias paz/guerra, ordem/caos estão na raiz da natureza constitutiva do Direito como uma ordem asseguradora da paz. O Direito não elimina os conflitos. Administra sua solução por meios não violentos. É a antítese da guerra e do caos, condição da possibilidade de igualdade e da liberdade, inclusive a de viver sem medo. O que está acontecendo na Síria e o que representa a ameaça à ordem da atual violência da criminalidade organizada do PCC em São Paulo esclarecem a afirmação. Por isso, uma das clássicas acepções de justiça é a da conformidade das condutas com a lei.

Num Estado de Direito a exigência de que as leis sejam gerais e impessoais atende a outro requisito da ordem jurídica como paz: o de garantir, na convivência coletiva, a segurança da certeza do Direito, que afasta a indeterminação do agir discricionário.

Ir além da justiça como legalidade é uma exigência da Teoria da Justiça, porque qualquer ordenamento jurídico não é necessariamente justo. Requer o exame do conteúdo da lei. Nesse contexto, na lição de Aristóteles, é a igualdade que norteia a averiguação, cabendo, no entanto, lembrar que existem afinidades entre os conceitos de ordem e igualdade. A igualdade perante

a lei é uma expressão dessa afinidade, porque se contrapõe à desordenada desproporção entre as partes e das partes em relação ao todo. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do mensalão, ao afirmar a igualdade perante a lei, está assegurando justiça ao não diferenciar a conduta dos poderosos da do cidadão comum.

A igualdade é um conceito complexo, porque existem vários critérios para aferir a igualdade. Esta não se confunde com o igualitarismo, que postula que todos devem ser iguais em tudo, rejeitando, dessa maneira, a diversidade da condição humana. Numa sociedade pluralista e democrática não cabe aplicar, para se realizar a justiça, um único critério de igualdade. Todos têm sua validade no âmbito de determinadas esferas. Assim, por exemplo, cabe aplicar o critério da necessidade para a concessão da Bolsa-Família; o do mérito para o da concessão, pela Fapesp, do financiamento de projetos de pesquisa; o da capacidade contributiva para nortear a tributação. A busca da igualdade dos pontos de partida norteia o critério de justiça das políticas afirmativas. É por esse motivo que o recorrente desafio para a Teoria da Justiça é o da síntese e da conciliação das várias vertentes da igualdade, voltadas para aperfeiçoar, numa sociedade, a dimensão do Direito como ordem.

A justiça, numa sociedade, tende a se completar quando o Direito, como a paz da ordem aperfeiçoada pela igualdade, ensejadora de um viver sem miséria, permite a fruição da liberdade. A liberdade, como a igualdade, tem muitas vertentes, mas é uma aspiração das sociedades contemporâneas que se contrapõe às excludentes dicotomias senhor/escravo, rei/súdito.

CONTINUA

18 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

A justiça, como liberdade, parte da asserção kantiana de que a pessoa humana não tem preço, mas a dignidade de ser um fim em si mesma, não redutível à natureza ou ao todo sociopolítico. Existe a dimensão da liberdade como não impedimento, ou seja, como uma esfera de atividades do ser humano não controlada pelo Estado e pela sociedade, assim como a liberdade de participação nas deliberações coletivas, que está na raiz da democracia. São desdobramentos da liberdade, por exemplo, a liberdade religiosa, que postula a tolerância, a liberdade de associação, a liberdade de pensamento e de sua expressão não censurada, a liberdade de iniciativa. O Direito assegura a justiça como liberdade quando constrói as condições apropriadas para a coexistência das liberdades, ou seja, quando cria a moldura para que a liberdade de um não se transforme em não liberdade para os outros. É nesse sentido que se pode falar em igualdade na liberdade, numa ordem jurídica alinhada com as aspirações do justo.

O mundo não é uma realidade necessária, mas um conjunto de possibilidades. É o que permite afirmar o papel e o valor de uma Teoria da Justiça que integre, de maneira pluralista, no Direito Positivo, a ordem, aperfeiçoada pela igualdade e pela liberdade.

●
PROFESSOR EMÉRITO DO
INSTITUTO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DA USP

18 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

FRASE

**"O derramamento de bñlis
n3o combina com a
produção de neur3n3os"**

CARLOS AYRES BRITTO, presidente do STF até sexta-feira. Na despedida, o juiz disse que deve ser mantida "alta taxa de cordialidade e gentileza" no colegiado

Justiça manda demolir casas em 3rea ecol3gica

A 1.ª C3mara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de S3o Paulo determinou que a prefeitura de Cotia faça a demolição de moradias irregulares em 3rea de preservaç3o ambiental. A aça3o foi proposta pelo Minist3rio P3blico do Estado. Os 44 im3veis est3o 3 margem do C3rrego das Pedras.

"N3o restam d3vidas quanto 3 responsabilidade do munic3pio de Cotia, que agiu negligente-mente no exerc3cio de seu poder de pol3cia, ao n3o fiscalizar a ocupaça3o irregular", declarou o desembargador Paulo Alcides.

20 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Novo presidente do TRE

O desembargador Rogério Coelho foi eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, onde atua hoje como vice-presidente e corregedor. A posse está prevista para o dia 1º de fevereiro de 2013.

Currículo

O desembargador formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1970, e cursou Direito Civil na Universidade de Coimbra, Portugal, em 1967. Exerceu a advocacia na Capital até 1977, quando foi aprovado num concurso público e nomeado juiz adjunto exerceu suas funções na Comarca de Maringá. Passou por outras cidades do Paraná até ser convocado para atuar como juiz substituto de 2º grau. Por merecimento, em agosto de 1997 foi promovido ao Tribunal de Alçada. Em 31 de dezembro de 2004 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

20 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Marisa Monte fã

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa prestigiou neste fim de semana o show da cantora Marisa Monte em Brasília e acabou tediado por ela. Ele toma posse na quinta-feira, Barbosa visitou o camarim após a apresentação, mas coube à cantora, no entanto, o papel de fã. Após tirar uma foto com o ministro, ela postou a imagem na rede social, com a hashtag “-verdadeumailusão”, referência ao nome do show “Verdade, uma ilusão”.

Ministro é pop

A foto recebeu mais de 780 comentários, foi compartilhada 1.070 vezes e foi “curtida” por mais de 14.000 pessoas. O encontro entre os dois, que ocorreu no sábado, levou cerca de meia hora. A popularidade do ministro, que será o primeiro negro a presidir a mais alta corte do país, aumentou com a relatoria do processo do mensalão, maior julgamento da história do tribunal.

OPINIÃO DO LEITOR

Obrigado, Joaquim Barbosa

Confesso não ser favorável a muitas manifestações e reivindicações da raça negra, que se diz discriminada. Entretanto, ela é a que mais se autodiscrimina. Sou contrário às cotas que só discriminam a raça negra. Também não sou favorável ao Dia da Consciência Negra, pois vejo essa data como discriminatória às demais raças. No entanto, gostaria de sugerir ao povo brasileiro, negros ou não, que neste dia sejam feitas homenagens ao ministro Joaquim Barbosa por ter sido ele o grande responsável pela moralização, mesmo que parcial, da corrupção alastrada em nosso país. O povo parabeniza o ministro Barbosa, o primeiro negro na história, a assumir o mais alto cargo da corte.

ADONIRO PRIETO MATHIAS (contabilista) - Londrina

20 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Marmitas dos presos 1

O Ministério Público (MP) do Estado vai investigar as dúvidas lançadas pelo líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), sobre a qualidade dos serviços de alimentação nos presídios do Paraná. Na semana passada, o deputado petista divulgou fotos mostrando marmitas abaixo do peso contratado pelo governo estadual, com comida estragada ou fora das especificações da licitação. "Nós apontamos que há indícios de fraudes nestes contratos, já que o Estado está pagando por um serviço que não está sendo prestado de acordo com o que está sendo pago", reclama Veneri.

Marmitas dos presos 2

A investigação ficou a cargo da 2ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público, do MP. A instituição vai investigar tanto a qualidade do alimento fornecido aos detentos do Estado, quanto a natureza das empresas que venceram as licitações. Há suspeita que duas delas sejam parte do mesmo grupo econômico, conduta vedada pela Lei das Licitações. Na semana passada, o governo do Paraná divulgou nota dizendo que vai apurar pontualmente as denúncias, mas defendendo a validade dos contratos e dos serviços prestados.

20 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juliano Breda é eleito presidente da OAB-PR

Atual secretário vai comandar o órgão no Estado até 2015; em Londrina, Artur Piancastelli foi o escolhido

Curitiba - O atual secretário-geral da seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) Juliano Breda foi eleito para o cargo de presidente do órgão para os próximos três anos (2013-2015). Com 96% das urnas apuradas na noite de ontem, dos cerca de 27 mil votos, 23 mil votaram na chapa do candidato. Ele encabeçou chapa única para concorrer ao cargo. A votação ocorreu em todo o Estado.

Breda é advogado desde 1998. Ele é mestre e doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É membro da Direção do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de Direito Penal e foi integrante da Comissão Especial de Revisão de Crimes e Penas da Câmara dos Deputados. Breda também é presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR e da Câmara de Prerrogativas e Direitos da OAB-PR.

Também foram eleitos presidentes das subseções municipais. Em Londrina venceu, também em chapa única, o candidato Artur Piancastelli, com 2,8 mil votos válidos em 100% das urnas apuradas. Piancastelli faz parte da OAB desde 1994. Já foi membro da Escola Superior da Advocacia (ESA), Diretoria Executiva, Conselho Estadual e vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados.

A votação para a escolha dos novos membros da OAB-PR e das subseções ocorreu entre as 9 e 17 horas em todo o Paraná. O voto é obrigatório para todos os advogados que fazem parte da OAB. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, cerca de 37 mil membros da Ordem eram esperados e a participação foi expressiva. A OAB não tinha, até o fechamento da edição, o número total de abstenções.

No pleito realizado nesta segunda, também foram escolhidos a nova diretoria e o Conselho Seccional da OAB Paraná, a delegação paranaense do Conselho Federal e a diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

NOVA CÚPULA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) elegeu, em sessão conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfouri Neto, na segunda-feira (12), os novos integrantes da cúpula diretiva da Corte de Justiça para o biênio 2013/2014. Foram eleitos os desembargadores Clayton Coutinho de Camargo, presidente, totalizando 56 votos; Paulo Roberto Vasconcelos, 1º vice-presidente, com 81 votos; Dulce Maria Sant'Eufemia Cecconi, 2º vice-presidente, com 70 votos; Lauro Augusto Fabrício de Melo, corregedor-geral, com 65 votos e Eugênio Achille Grandinetti, corregedor, com 67 votos. Na ocasião, também foram eleitos por aclamação os novos integrantes do Conselho da Magistratura, composto pelos desembargadores: Lélia Samardã Monteiro Monteiro Negrão Giacomet, Mário Helton Jorge, D'artgnan Serpa Sá e Abraham Lincoln Merheb Calixto. Os dirigentes eleitos tomarão posse no dia 1º de fevereiro de 2013.

FÓRUM CRIMINAL DE LONDRINA

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, assinou na segunda-feira (12/11) a ordem de serviço dos projetos complementares da construção do Fórum Criminal de Londrina. Trata-se de obra de ampliação a ser implantada no terreno de 10.767,48 m² do Fórum da comarca, localizado na rua Presidente Arthur da Costa e Silva. A edificação atual possui área construída de 28.362,40 m², dos quais 6.926,69 m² serão demolidos para construção do novo edifício, que terá uma área construída de 25.303,78 m² em oito pavimentos e três subsolos, totalizando ao final das obras 46.739,49 m². O valor da obra é de aproximadamente 1 milhão e 254 mil reais e será custeado com recursos do FUNREJUS.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Na terça-feira (13/11) foi firmado termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, o qual transfere a responsabilidade da Central de Testamentos do Paraná, que atualmente funciona na Corregedoria-Geral da Justiça do TJPR, para o Colégio Notarial do Brasil. Com a assinatura do convênio, o banco de dados da central, que concentra testamentos lavrados no estado desde a década de 90, passará a ser administrado pelo referido Colégio Notarial, que por sua vez, administrará a Central Notarial de Serviços Eletrônicos (Censec), para que esta centralize informações sobre lavratura de testamentos, partilhas de bens em inventário, divórcios, procurações e revogações. Desta forma, o Colégio Notarial do Paraná, presidido pelo tabelião Angelo Volpi Neto, assumirá o atendimento às partes em sua sede na rua Marechal Deodoro 51, no 18º andar, conj. 1805/1810, Galeria Ritz, provavelmente, a partir do dia 28 novembro.

CONGRESSO

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sedia nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro o Congresso Internacional sobre Direito Penal e Criminologia. O evento, que ocorre no auditório do 12º andar do Tribunal de Justiça, é uma promoção e realização conjunta da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Escola da Magistratura do Paraná (Emap) e do Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). O congresso também homenageia os 70 anos de vida do professor doutor Juarez Cirino dos Santos. As inscrições estão abertas até o dia 26 de novembro, no site www.emap.com.br, e custam R\$100 e R\$50 (estudantes).

20 NOV 2012

JUSTIÇA NO BAIRRO

O Programa do TJPR Justiça no Bairro realizado nos dias 9 e 10 de novembro em Curitiba, no SESC/Portão, totalizou mais de 8000 atendimentos só na área de atividade jurisdicional. Já na área de recreação, saúde e ainda o casamento coletivo, de 133 noivos, contabilizaram 2.960 atendimentos. O Programa, que existe desde 2003, oferece prestação jurisdicional gratuita à população. Em parceria com instituições públicas e privadas, atende cerca de 90 mil pessoas por ano. Seu objetivo é atender a demanda reprimida de pessoas vulneráveis social e economicamente.

JUSTIÇA NO BAIRRO 2

O Programa Justiça no Bairro esteve na terça-feira (13/11) na PCE - Penitenciária Central do Estado com objetivo de permitir a reinserção do preso à sociedade e também a oportunidades de trabalho. Na visita foram realizados atendimentos as famílias dos presos no sentido de regularizar a situação por meio do divórcio, da guarda e responsabilidade, reconhecimento de paternidade, lavratura de assento de nascimento, retificação de registro, entre outros. Na área da execução, o resultado foi relevante. A progressão para o regime aberto e livramento condicional resultou em 43, liberados por alvará, e progressão do regime fechado para o semiaberto em torno de 127.

RECESSO JUDICIÁRIO

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça aprovou a Resolução nº 65, de 8 de outubro de 2012, que suspende o expediente forense e os prazos processuais e estabelece um sistema de plantão no Judiciário estadual, no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro, o que vai garantir a prestação ininterrupta da atividade jurisdicional aos atos processuais de natureza urgente e necessários à preservação de direitos.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Manuela Tallão Benke (1º grau) e Rui Portugal Bacellar Filho (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 19 a 26 de novembro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

20 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz não pode alterar definição jurídica na denúncia

O juiz não pode modificar a definição jurídica dos fatos narrados na denúncia, no momento em que a recebe. Com base nesse entendimento, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça acolheu recurso em Habeas Corpus para anular decisão que modificou a capitulação jurídica dada aos fatos pelo Ministério Público e reconheceu a extinção da punibilidade em relação a um empresário de Goiás, pela prescrição da pretensão punitiva estatal.

Em seu voto, o ministro Jorge Mussi, relator do caso, ressaltou que a ação penal pública é iniciada por denúncia formulada pelo órgão ministerial. E é a partir do exame

dessa peça processual que o magistrado analisará a presença das condições da ação, a fim de que acolha, ou não, a inicial acusatória.

“Assim, a verificação da existência de justa causa para a ação penal, vale dizer, da possibilidade jurídica do pedido, do interesse de agir e da legitimidade para agir, é feita a partir do que contido na peça inaugural, que não pode ser corrigida ou modificada pelo magistrado quando do seu recebimento”, afirmou Mussi.

“Ainda que o acusado se defenda dos fatos narrados na denúncia, e não da definição jurídica a eles dada pelo Ministério Público, não se pode admitir que, no ato

em que é analisada a própria viabilidade da persecução criminal, o magistrado se manifeste sobre a adequação típica da conduta imputada ao réu, o que, evidentemente, configura indevida antecipação de juízo de valor acerca do mérito da ação penal” acrescentou o ministro.

Jorge Mussi considerou “prematura e precipitada” a atitude do juiz. Isso porque antes mesmo da instrução do processo, concluiu que o empresário não teria apenas falseado ou omitido informações para se eximir do pagamento de tributos, mas teria efetivamente reduzido tributos por meio dessas condutas.

Proposta cria comissão revisora para concurso do MP

Seis propostas de resolução fazem parte da pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2012 do Conselho Nacional do Ministério Público, marcada para hoje. Entre elas, está a que cria as comissões revisoras para analisar recursos de candidatos inscritos em concursos do Ministério Público brasileiro. A pauta inclui, no total, 155 itens, que poderão ser apreciados hoje e amanhã, quando acontece a 8ª Sessão Extraordinária.

A proposta de resolução que

institui as comissões revisoras nos concursos públicos, de autoria do conselheiro Fabiano Silveira, tem como objetivo assegurar os princípios do devido processo legal; do contraditório e da ampla defesa nas seleções da instituição.

O projeto especifica quais são as atribuições da Comissão do Concurso, da Banca Examinadora e da Comissão Revisora. Se a proposta for aprovada, os recursos deverão ser recebidos pela Banca Examina-

dora, que poderá anular a questão, modificar o gabarito ou aumentar a nota atribuída ao candidato. Se decidir por não acolher a impugnação apresentada ou acolhê-la parcialmente, o recurso deverá ser encaminhado à Comissão Revisora, que disporá dos mesmos poderes.

A proposta de resolução modifica a Resolução 14 do CNMP, de novembro de 2006, que regulamenta as seleções públicas no âmbito do Ministério Público.

20 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça Federal gaúcha aperfeiçoa gerenciamento

A iniciativa, quando estiver operando a todo o vapor, vai acelerar a tramitação dos processos previdenciários

O gerenciamento de projetos conduzido pela Justiça Federal do Rio Grande está no mesmo patamar de maturidade das grandes corporações privadas e acima da média verificável no setor público. O diagnóstico, que atribuiu índice de 2,68, numa escala de zero a cinco, foi feito no final de setembro pelos consultores e técnicos do Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial (INDG) e do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), durante a cerimônia de encerramento da parceria de gestão.

Com esta avaliação em mãos, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul pode crescer em consonância com seu planejamento estratégico. A metodologia utilizada, modelo Prado-MMGP, é composta por cinco níveis e seis dimensões. “Contempla a avaliação de processos, pessoas, tecnologias e estratégias. É aderente ao PMBOK (PMI), guia de prática de gestão de projetos conhecido mundialmente. Através da utilização dessa metodologia, na avaliação de maturidade, é possível comparar outras organizações do mesmo segmento ou da mesma categoria de projetos”, explicou o consultor Edgar Bertschinger, do PGQP. Traduzindo: a instituição está bem-alcercada, em termos de gestão, nos aspectos de liderança, conhecimento técnico e método.

O coordenador-executivo do PGQP, Luiz Ildebrando Pierry, disse que a boa avaliação de performance reflete o comprometimento e a dedicação de todos os envolvidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal. Desde que iniciou a parceria de gestão, em agosto de 2010, o executivo afirmou que não foram trabalhadas apenas questões de elaboração de estratégias. Houve bastante foco na execução das estratégias, que costuma ser uma etapa crítica em muitas organizações. “Nesse tempo, orientamos e fornecemos as ferramentas, mas os resultados vêm do esforço dos magistrados e servidores”, reconheceu.

Um dos mais eufóricos ao final da reunião era o diretor da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, juiz Eduardo Tonetto Picarelli. Afinal, sobre seus ombros é que cai a responsabilidade por gerenciar uma máquina formada por 76 Varas, quatro Turmas Recursais, além de vários Juizados Especiais Federais espalhados pela capital e interior. Para o dirigente, a maturidade de gestão não só irá racionalizar o orçamento anual estimado em R\$ 450 milhões, “fazendo mais com menos”, mas dará um upgrade na conciliação — sua verdadeira obsessão desde que assumiu o posto, em junho de 2011.

O melhor exemplo é a implan-

tação recente, graças à ajuda do Planejamento Estratégico, do Sistema de Perícias Médicas e de Conciliações Pré-Processuais nas Matérias de Competência das Varas e Juizados Previdenciários (Sicoprev). A iniciativa, quando estiver operando a todo o vapor, vai acelerar a tramitação dos processos previdenciários — 50% da demanda da Justiça Federal — em três vezes.

Nas equipes envolvidas com os 25 projetos (em construção e concluídos) atuam 15 juízes e 132 servidores de 19 das 25 sedes (23 subseções e dois juizados avançados). Diversos participantes atuam em mais de um Projeto Estratégico e acumulam as atribuições do planejamento com as usuais de suas unidades de trabalho. Também há um integrante da Justiça Federal do Paraná e integrantes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

20 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ordem de cadastro de adoção pode ser alterada

A observância da ordem cronológica do cadastro de interessados em adotar determinada criança não é absoluta e deve ser excepcionada em favor do melhor interesse do menor. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve processo de adoção por casal que esteve com a criança por dois de seus dois anos e cinco meses de idade.

O casal já estava inscrito no cadastro único de adoção, o que os torna, em princípio, habilitados para a adoção. Eles permaneceram com a criança desde o nascimento, ingressando com pedido de adoção dez dias após o parto.

Um ano depois, em apelação, foi confirmada sentença que determinou a retirada da criança dos adotantes e sua internação em abrigo. Depois de quatro meses internada, a criança foi inserida em outra família, onde permaneceu por menos de dois meses, até retornar à família inicial por ordem cautelar do próprio STJ.

Para o relator, ministro Sidnei Beneti, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê expressamente que a ordem cronológica poderá deixar de ser observada pelo juiz quando comprovado que essa é a melhor solução diante do interesse da criança.

20 NOV 2012

JORNAL DO ÔNIBUS



Rogério Coelho assume o cargo no dia 13 de fevereiro

Rogério Coelho é eleito presidente do TRE-PR

O desembargador Rogério Coelho foi eleito ontem presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Atualmente, ele é vice-presidente do TRE-PR e atua como corregedor no Tribunal.

A posse de Coelho está prevista para o dia 13 de fevereiro de 2013. O desem-

bargador deve ficar dois anos à frente do TRE-PR. Nesse período, deve comandar as próximas eleições majoritárias no estado, marcadas para 2014, quando os eleitores vão votar para presidente da República, governador do estado, senador e deputados federais e estaduais.

TRIBUNA DO PARANÁ TRE

O desembargador Rogério Coelho, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), foi eleito novo presidente do tribunal. A posse será em 1.º de fevereiro.

20 NOV 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Editorial

A espetacularização da Justiça

Depois de dois meses com o Supremo Tribunal Federal tomando conta da mídia com o julgamento do Mensalão, desde ontem foi a vez da Justiça ocupar o espaço com o caso do goleiro Bruno. Assim como o Mensalão, o crime do ex-jogador tem todos os elementos novelescos para tornar-se um sucesso de crítica e de público.

Estaria mesmo morta Eliza Samudio? Bruno teria ordenado o seu assassinato? Ou os amigos de Bruno a mataram por iniciativa própria? Seu corpo teria sido mesmo comido pelos cães da chácara? Todas estas

questões passam a sensação ao público que ao final do julgamento tudo isto será revelado. O que necessariamente não é verdade. São perguntas que podem ficar sem resposta para sempre.

O paralelo com o Mensalão vale neste caso: José Dirceu comandou o esquema de compra de votos? O presidente Lula sabia de alguma coisa? O dinheiro operado por Marcos Valério era público? Pois bem. O julgamento terminou e estas questões ficaram em aberto. Cada um que tire suas conclusões, assim como os ministros fizeram.

20 NOV 2012

METRO

Motivos banais provocam

21% dos homicídios no PR

● **MP-PR lança campanha 'Conte até 10' para combater os crimes cometidos sem reflexão e que ocorrem após desentendimentos fúteis** ● **Tema será debatido principalmente em associações de moradores e escolas**

'Conte até 10. Paz. Essa é a atitude'. Esse é o slogan da campanha lançada ontem pelo MP-PR (Ministério Público do Paraná) que tem o objetivo de combater os homicídios cometidos sem reflexão e aqueles que ocorrem após desentendimentos fúteis. De acordo com dados da Justiça Estadual, 21% desses crimes no Paraná estão relacionados a motivações banais e a embriaguez.

"São casos como desentendimentos no trânsito, briga em bares e discussões familiares e entre vizinhos, por exemplo. Queremos prevenir o confronto na convivência cotidiana que possa levar ao crime", explica o promotor de Justiça, Paulo Markowicz de Lima.

A campanha é nacional e no Estado será feita através de palestras em associações de moradores nos bairros onde foram instaladas as UPS (Unidades Paraná Seguro) e nas escolas estaduais. "Queremos chegar até as escolas para que os alunos sejam agentes difusores da mensagem da paz.

Fatores

Homicídios com identificação de causa provável representam 90%.

- ▶ Tráfico de drogas: 58%
- ▶ Fútil/embriaguez: 21%
- ▶ Violência doméstica: 7%
- ▶ Vingança: 2%
- ▶ Passional: 2%

Além disso, os índices de homicídios tendo jovens como vítimas têm crescido assustadoramente nos últimos anos", avalia.

Para ajudar na divulgação, também há o apoio dos lutadores de MMA Anderson Silva e Júnior Cigano, e dos judocas Leandro Guilherme e Sara Menezes. Eles são personagens de materiais publicitários. "A ideia é mostrar que mesmo eles, que são treinados e preparados para enfrentar qualquer luta, contam até 10 e deixam a raiva passar quando estão nessas situações banais", comenta o promotor.

20 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» TRANSPARÊNCIA

Primeiros 6 meses da Lei de Acesso somam poucos pedidos

De maio a outubro, foram 236 requerimentos ao governo do estado e 61 para a Assembleia Legislativa. Solicitações também indicam desconhecimento da população sobre a regra

*Amanda Audi e Gisele Barão,
especial para a Gazeta do Povo*

■ Nos primeiros seis meses após o início da vigência da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527), os números de pedidos de dados solicitados por cidadãos são relativamente tímidos. De maio a outubro, 236 requerimentos foram encaminhados ao governo do estado. Na Assembleia Legislativa foram 61 pedidos e no Ministério Público, 48. O Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, a prefeitura de Curitiba e a Câmara Municipal não divulgaram o número de solicitações que receberam neste período.

Além de poucos pedidos de informação, algumas das solicitações também demonstram desco-

nhhecimento da população em relação à lei, que garante acesso a todo cidadão à dados da administração pública. “Dos pedidos de informação que chegam, alguns são para pedir ajuda para municípios ou outros assuntos que não estão relacionados”, conta Fernando Ferreira Soares, coordenador jurídico da Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa.

No Ministério Público, a maioria das dúvidas recebidas trata de saúde pública, educação e problemas relativos a concursos públicos. No caso do governo do estado, o maior volume de solicitações foi relacionada à informações sobre cargos, salários e informações gerais sobre servidores — totalizando quase um terço do total.

“É natural que a população não esteja tão engajada nesta questão, sobretudo porque o Brasil ainda está tendo sua abertura democrática”, avalia o cientista político Doacir Quadros, do Grupo Uninter. Para ele, leva um certo período de tempo até que as pessoas se acostumem com a lei e passem a usufruir dos seus benefícios. “Só então a lei passa a ser eficiente. Com ela, as informações não ficam restritas aos órgãos ou à imprensa, mas para todo mundo”, comenta.

47.290

solicitações de informação foram enviadas a órgãos e entidades federais nos primeiros seis meses de Lei de Acesso, de acordo com balanço divulgado pela Controladoria-Geral da União.

ONLINE

CGU oferece sistema para padronizar pedidos de dados

Na semana passada, a Controladora-Geral da União passou a disponibilizar códigos-fontes do e-SIC, uma ferramenta on-line de pedidos de informação, para estados e municípios que queiram seguir o mesmo padrão. Até agora, nenhum órgão paranaense solicitou essa ferramenta.

A Lei de Acesso à Informação determina que todos os órgãos e entidades públicas devem fornecer aos cidadãos os dados relativos à sua atuação, assim como as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos. Informações de interesse público, como prestação de contas de despesas, devem ser colocadas no sites oficiais das instituições mesmo sem solicitações dos cidadãos.

CONTINUA

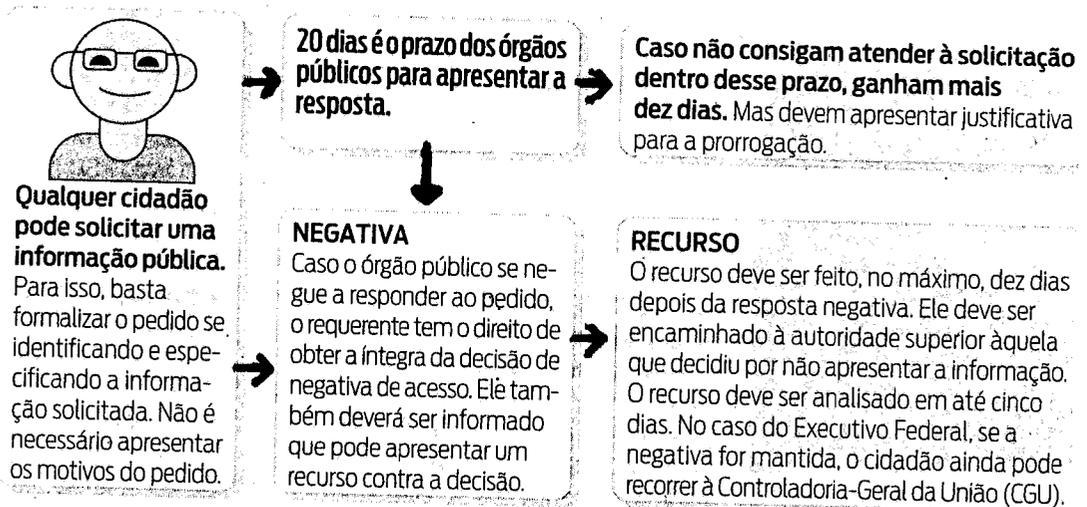
GAZETA DO POVO

ACESSO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2012

Veja como fazer um pedido de informação:



QUEM DEVE PRESTAR INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

• Todos os órgãos públicos do Legislativo, Judiciário e Executivo, dos três níveis de governo.

• Qualquer instituição que receba recursos públicos, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades privadas sem fins lucrativos.

Fonte: Fórum de Direito de Acesso à Informação Pública. Infografia: Gazeta do Povo.

MPs estaduais resistem a divulgar salários

Seis meses depois de a Lei de Acesso à Informação entrar em vigor, 12 Ministérios Públicos Estaduais, além do Ministério Público Militar, ainda não divulgam individualmente nomes e salários de seus funcionários. Entre eles, cinco não dão qualquer dado sobre os vencimentos — nem nome nem matrícula dos servidores — contrariando resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o assunto.

O Ministério Público de São Paulo é um dos que não divulgam individualmente informações sobre salários de seus membros. Estão ainda nessa lista Ceará, Maranhão, Pernambuco e Sergipe. Outros sete Ministérios Públicos

Estaduais — e também o Ministério Público Militar — divulgam apenas matrícula dos funcionários e os salários, sem os nomes.

Ao contrário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos Poderes Executivo e Legislativo Federais, a resolução 89 do CNMP permite que os MPs divulguem os vencimentos de cada funcionário atrelado apenas ao número de matrícula. Na prática, isso impede a identificação.

O presidente da ONG Movimento do Ministério Público Democrático, Claudionor Mendonça dos Santos, defende a identificação pela matrícula — e não pelo nome — por questões de segurança. “Por meio da matrícula nada impede que o cidadão requeira a identidade do servidor”, diz.

JOÃO ARRUDA

Por que o texto do Marco Civil é o melhor que se

pôde escrever

O Marco Civil servirá para regulações mais precisas sobre a internet no Brasil. É um dever do Estado, especialmente do Legislativo, estabelecer os princípios da rede no país, ainda mais quando se trata da finalidade social dessa rede. No parecer do relator fica claro este entendimento: “Um bem comum, que deve ser utilizado com o objetivo de gerar benefícios a todos, indistintamente”. Nenhuma outra instituição fará isso pela cidadania.

Foram reunidos 39 projetos, independentes, ligados à internet, tanto da Câmara quanto do Senado, para compor o Marco. Para a compilação, a Câmara realizou sete audiências públicas e 62 consultas a especialistas, sem contar as cerca de 160 mil participações de usuários, com ênfase para as 2,3 mil contribuições oficializadas e consolidadas. A nova legislação recebeu destaque do Ministério da Justiça pelo “caráter participativo na construção do texto”.

São números atípicos no caminho de um projeto de lei, que configuraram a “participação pública presencial na construção de políticas públicas”. Isso não quer dizer que se chegou a uma versão definitiva e impenetrável do texto, redigido com base em uma sólida pesquisa e análise. Quando aprovado pela Câmara, ainda terá de passar pelo Senado.

Nesse contexto surgiram enfrentamentos sobre liberdade de expressão, direitos autorais e tipificação criminal. Apesar do amplo debate com associações de produtores e provedores, é ponto pacífico que as questões reclamadas serão resolvidas definitivamente com a nova lei de direitos autorais, para a qual já existe comissão especial designada.

Mas há um esforço em particular nessa legislação, na questão da neutralidade. O que se prevê é “discriminação de tráfego” para “não causar prejuízos aos usuários”, com especificidades a cargo do Executivo, no futuro.

GAZETA DO POVO

20 NOV 2012

Nosso esforço é por um Marco Civil principiológico, contra enunciados tecnológicos — porque seriam invalidados rapidamente. Em outra questão ligada à neutralidade, provedores não poderão colocar preço nos serviços de acesso com base em tipos de conteúdo, nem controlar a banda disponível em função desse mesmo conteúdo. Defende-se claramente que a neutralidade seja um princípio estratégico, sem a necessidade de mais condicionantes, sob o risco de invalidar a intenção do Marco.

Foi inevitável que intenções muito opostas, dos planos das ideias e dos interesses de mercado, ficassem evidenciadas. Na ata das audiências públicas há referências redundantes à problemática etapa da criação de legislação para a internet, em nível internacional. Isso porque a internet recria ambientes de relacionamento, mas também ambientes de compra e venda. Segundo Tim Berners-Lee e Vint Cerf, considerados precursores da rede, há evidências muito claras de ações contra a internet promovidas por grupos econômicos conservadores, segundo eles, pela incapacidade de assimilarem a nova dinâmica.

No projeto, a neutralidade ficou para o Poder Executivo regular. Justamente por se tratar de uma legislação genérica e que demanda regulação, ainda não se sabe como isso vai funcionar na prática — só se sabe que isso não ficará a cargo dos provedores, mas do Estado.

João Arruda, deputado federal pelo PMDB-PR, é presidente da Comissão Especial do Marco Civil da Internet.

EDUARDO NEGER

Alterações colocam a internet brasileira em risco

A internet tem assumido cada vez mais importância em nosso cotidiano e a discussão sobre seus limites e garantias chega agora com maior intensidade ao Legislativo federal. O Marco Civil da Internet é uma iniciativa bastante positiva, que estabelece direitos e defen- de princípios básicos, como a neutralida- de de redes, que garante aos usuários li- vre acesso a conteúdos sem discrimina- ção ou priorização por motivos políticos ou econômicos.

No entanto, surgiu nas últimas sema- nas a preocupação com as recentes pro- postas de alteração, que distorcem o pro- jeto inicial e, em última instância, colo- cam em risco direitos constitucionais de livre expressão dos usuários brasileiros de internet.

A retirada ou alteração do artigo 15 des- figura de maneira indelével o Projeto de Lei do Marco Civil da Internet. Tal dis- positivo trata da garantia de que o usuá- rio da internet não sofrerá remoção indis- criminada de conteúdos postados sem a apreciação pelo Poder Judiciário.

Hoje, provedores de internet são respon- sáveis pelo conteúdo original que produ- zem. No caso de conteúdos (têx- tos, vídeos, fotos etc.) publica- dos por usuários comuns, ca- be ao provedor receber eventu- ais notificações extrajudiciais e remover material nitidamen- te impróprio. Isso já acontece em casos de pedofilia ou con- teúdos cuja propriedade de ter- ceiros é claramente identifica- da. Em caso de dúvida, os prove- dores aguardam e acatam deci- são da Justiça. Não compete ao provedor decidir sobre eventuais celeumas a respeito de todos os milhões de conteúdos veiculados em sua plataforma.

As modificações no artigo 15, su- geridas no apagar das luzes, mi- nutos antes da votação do proje- to, impõem aos provedores a re- tirada de conteúdos após a mera notificação de um terceiro, sob pena de tornar-se responsável

GAZETA DO POVO

20 NOV 2012

por um conteúdo que não pro- duziu. É evidente que, pelo te- mor de assumir ônus financeiro de terceiros, os provedores terão de remover conteúdos em nú- mero muito maior do que fazem hoje. E, ainda assim, passam a ser responsáveis por reclamações dos que tiverem seus conteúdos removidos.

Na prática, as alterações no ar- tigo 15 conferem a uma sim- ples notificação a força de uma decisão judicial, um desres- peito à Justiça, ao Direito e à Constituição do Brasil. Coloca-se em risco a liberdade de expres- são e a garantia de exercício da cidadania em meios digitais.

A nova redação proposta, com a inserção de um Parágrafo 2.º que limita a proteção do usuá- rio contra a remoção indis- criminada de conteúdos, segu- ramente importará em casos de censura, sendo por essa ra- zão absolutamente inconstitu- cional e atentatória à liberda- de digital.

Por tais motivos, resta a confian- ça na aprovação do texto origi- nal que estabelece o Marco Civil da Internet tal como anterior- mente apresentado pelo seu rela- tor, texto esse que reflete meses de amadurecimento e debate in- tenso na sociedade civil. Os usuá- rios e todas as empresas da ca- deia de valor da internet brasi- leira não prescindem de garan- tias legais para seu desenvolvi- mento, em um setor que fomen- ta inovação e eficiência para to- da a economia do país. Cabe ao legislador tutelar a liberdade de expressão e os valores constitu- cionais, compreendendo o seu real significado dentro de cada nova tecnologia.

Eduardo Neger é presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet).

20 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Sociedade afrentada

A escalada da violência como consequência da ação pouco efetiva do Estado brasileiro se reflete cada vez mais na sensação de insegurança que domina a sociedade

Decididamente, algo de profundamente errado está ocorrendo com o Estado de Direito no Brasil. Estamos nos referindo às ocorrências recentes em São Paulo e em Santa Catarina, alvos de atentados e chacinas coordenados por facções criminosas — supostamente insatisfeitas, entre outras coisas, com as condições em que vivem nos presídios. O resultado é uma série de atos comandados de dentro das prisões e que têm levado a população a uma situação de crescente insegurança. Trocando em miúdos, o que se vê são bandidos mostrando poder de organização diante de confusas autoridades que, atônitas, não conseguem pôr um fim à onda de crimes.

No vizinho estado catarinense, ataques a ônibus, carros particulares e estruturas pertencentes aos organismos de segurança se sucedem por vários municípios, provocando um clima de pânico generalizado. Em uma semana de violência, já foram contabilizados cerca de 50 atos criminosos, deixando um misto de perplexidade e medo ante a ousadia dos marginais.

Que as condições das unidades prisionais brasileiras são calamitosas não é novidade para ninguém; o próprio ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, confirmou isso na semana passada, quando, num arroubo de sinceridade, chegou a afirmar que “se fosse para cumprir muitos anos em alguma prisão nossa, eu preferiria morrer”. Uma situação que, segundo o ministro, decorre de anos de descaso, tanto da União quanto dos estados, a ponto de tornar o sistema semelhante ao da era “medieval”, termo também usado pelo ministro.

Isso posto, vemos, do outro lado, a população brasileira cada vez mais acuada pela ação dos bandidos, resultado da incapacidade do Estado de prover segurança. Os assaltos, os assassinatos de cidadãos inocentes, as chacinas e as guerras entre quadrilhas de traficantes para o controle de pontos de venda de drogas se sucedem de forma crescente nas barbas dos organismos públicos encarregados de garantir a ordem e a paz pública.

A suprema desfaçatez de uma situação absolutamente anômala que bem retrata a realidade de hoje no país é a coordenação das ações da bandidagem vinda de dentro dos presídios. Mesmo presos, líderes de facções criminosas mostram seu poder determinando atentados e mortes como os que vêm ocorrendo em Santa Catarina e em São Paulo. Situação em boa parte alimentada pela estrutura penitenciária falida e pela corrupção que campeia entre os funcionários dos presídios, facilitando o acesso dos detentos a telefones celulares, armas, drogas e outras regalias. Uma realidade por demais conhecida e que não é combatida de modo eficaz, levando a extremos de afronta à sociedade.

A escalada da violência como consequência da ação pouco efetiva do Estado brasileiro se reflete cada vez mais na sensação de insegurança que domina a sociedade. Nesse particular, o Paraná não é exceção à regra, com os paranaenses também vivendo num clima de apreensão não apenas pela sucessão de crimes estampados diariamente nos jornais, mas também pelo fato de estar hoje entre os dois estados mais afetados pela onda coordenada de atentados.

Pela sua relevância, a violência dos dias atuais chegou a motivar ampla campanha lançada pelo GRPCom com o objetivo de debater o tema. Com o lema “Paz Sem Voz É Medo”, seguido por “Paz Tem Voz”, a iniciativa ocupou durante meses os veículos do grupo buscando sensibilizar a comunidade e os órgãos públicos sobre a questão da criminalidade e os meios de se combatê-la. Não por acaso, uma ampla pesquisa realizada ao fim da campanha mostrou que, para 61% dos entrevistados, a questão da segurança pública é o principal problema a ser enfrentado pelos governos. Uma realidade óbvia que precisa receber atenção prioritária dos governantes, não só paranaenses.

20 NOV 2012

GAZETA DO POVO

Campanha Conte até 10 estimula reflexão antes do ato de violência

O Ministério Público (MP) do Paraná lançou ontem, no estado, a campanha Conte até 10, uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público e da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, com apoio da Secretaria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, para reduzir os casos de homicídio cometidos por impulso. A solenidade aconteceu no Colégio Estadual Aníbal Khury Neto, no bairro Uberaba, em Curitiba.

No Paraná serão realizadas ações de conscientização com alunos das escolas públicas estaduais e associações de moradores. A ideia é prevenir todo tipo de violência, segundo o coordenador estadual da campanha, o promotor Paulo Markovicz de Lima. Ele disse que quase 30% dos homicídios no estado ocorrem por motivos banais, como brigas entre vizinhos, discussões de trânsito e agressões domésticas. No Brasil, esse número chega a quase 50%.

“A nossa campanha pretende trazer uma proposta de convivência harmoniosa. Queremos que a pessoa conte até dez antes de praticar qualquer ato de violência.” A campanha está prevista para terminar em março do ano que vem.

Aceitação

Para a aluna Camila Carvalho da Silva, da 3.ª série do ensino médio do Colégio Aníbal Khury Neto, a campanha vai ser bem recebida pelos estudantes e vai ajudar a todos pensarem no próximo. “É preciso que as pessoas pensem nos seus atos. Hoje ninguém pensa na vida do outro”, ressalta a aluna.

20 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» TIAGO RECCHIA



GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

20 NOV 2012

Fã da fã

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa prestigiou neste fim de semana o show da cantora Marisa Monte (foto) em Brasília e acabou sendo tiedado por ela. Barbosa visitou o camarim após a apresentação, mas coube à cantora o papel de fã. Após tirar uma foto com o ministro, ela postou a imagem na rede social, com a hashtag "verdadeumailusão", referência ao nome do show "Verdade, uma ilusão". A foto recebeu mais de 780 comentários, foi compartilhada 1.070 vezes e foi "curtida" por mais de 14 mil pessoas. O encontro entre o dois, que ocorreu no sábado, durou cerca de meia hora.



Pedro Serápio/Gazeta do Povo

Eleição da OAB-PR

A Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR) escolheu ontem as novas diretorias e conselhos da Seccional e das 47 subseções do estado. O resultado apontou a eleição de chapas da situação em quase todas as cidades onde houve disputa. A oposição venceu apenas na cidade de Palmas. O novo presidente da seção paranaense será Juliano Breda, da chapa XI de Agosto.

TRÂNSITO

Polícia de SC instaura inquérito para apurar acidente com médico

A Polícia de Santa Catarina instaurou ontem o inquérito policial que investigará a responsabilidade pelo acidente de trânsito envolvendo o cardiologista curitibano Eduardo Missel. A colisão ocorreu na última quinta-feira, em Florianópolis, e matou Sérgio Souza, de 53 anos. De acordo com o delegado Eduardo Mattos, coordenador da Central de Plantão Policial Norte da Ilha, testemunhas do acidente serão ouvidas ainda nesta semana e o inquérito deve ser concluído antes do prazo legal (30 dias). "Pelo impacto causado nos veículos, presumimos que ele [Missel] estava acima do limite de velocidade da via. Mas só poderemos afirmar isso após ouvirmos as testemunhas e os laudos periciais serem concluídos", afirmou.

GAZETA DO POVO

Ministro do STF diz que CPI pode indiciar quem desejar

20 NOV 2012

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello disse ontem que CPI "pode indiciar até o presidente da República". A declaração foi uma resposta à defesa do governador de Goiás, Marco Perillo (PSDB), que interpretou uma decisão de Marco Aurélio como um impedimento para que o tucano seja indiciado pela CPI do Cachoeira. Ontem, o ministro acatou o pedido de liminar do governador para assegurar a ele o direito a se recusar a comparecer à CPI.

Após a decisão, o ministro declarou que liberar o governador de prestar depoimento não significa, como sustenta a defesa, impedimento para que Perillo seja indiciado. "Nada impede que o relatório final da CPI diga que existem indícios de que o governador cometeu crimes e mande para a foro competente. A CPI pode indiciar qualquer um, até mesmo o presidente da República", disse. O ministro afirmou, entretanto, que o "indiciamento", pela comissão, é apenas uma "ficção jurídica", pois só são formalmente indiciados aqueles que respondem a inquéritos no Poder Judiciário. "O que não dá é para olvidar que temos uma federação e que um órgão federal não pode convocar um governador de estado. Ele pode até ser

convocado pela Assembleia Legislativa, mas não pelo Congresso Nacional".

A defesa de Perillo discorda do entendimento do ministro do STF e disse que vai aguardar a apresentação do relatório do deputado federal Odair Cunha (PT-MG) para decidir o que fazer. Caso o relatório peça o indiciamento do governador, o advogado dele, Marcos Mundim, disse que pedirá ao Supremo que esclareça o alcance da decisão liminar. O relatório final da CPI será conhecido amanhã. O relator, deputado Odair Cunha, tem afirmado a pessoas próximas que ainda não decidiu sobre o indiciamento do tucano. O deputado não quer correr o risco de ter seu relatório questionado.

Investigações

A Polícia Federal apontou suposta influência de Cachoeira no governo de Goiás. O bicheiro teria relações com auxiliares do governador Perillo. As investigações mostram que uma casa vendida pelo governador teria sido comprada indiretamente por Cachoeira, numa transação que teria envolvido assessores de Perillo.

O governador de Goiás depôs à comissão no dia 12 de junho e, na ocasião, negou ter beneficiado Carlinhos Cachoeira na sua gestão. Posteriormente, um novo pedido de convocação de Perillo foi aprovado pela CPI.

20 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Posse de Barbosa terá atores e ativistas

Artistas são convidados para cerimônia em que o ministro se tornará o primeiro presidente negro do Supremo

Militante compara a posse à eleição de Lula e diz que crianças negras terão um 'espelho' no comando do tribunal

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

A cerimônia de posse do ministro Joaquim Barbosa na presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) depois de amanhã vai reunir personalidades de fora do circuito jurídico e político em Brasília.

A lista de convidados inclui celebridades como a apresentadora Regina Casé, o cantor Djavan, o casal de atores Lázaro Ramos e Taís Araújo, além do piloto Nelson Piquet. Foram enviados cerca de 2.000 convites.

Uma delegação estrangeira também é esperada. Foram mais de cem convites para pessoas da França, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra. São conhecidos da vida acadêmica do ministro no exterior. Barbosa é doutor e mestre em Direito Público pela Universidade de Paris 2 (Panthéon-Assas).

A presidente Dilma Rousseff e o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-SP), também confirmaram presença.

Barbosa será o 44º presi-

dente do Supremo, sendo o primeiro negro a comandar a mais alta corte do país.

Representantes do movimento negro também devem comparecer, como o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, e o advogado Humberto Adami, do Instituto de Advocacia Racial.

“É um fato histórico tão importante quanto a eleição do Lula”, disse Adami, amigo de Barbosa desde a UnB (Universidade de Brasília), onde o ministro estudou direito de 1975 a 1982.

“O importante é que as crianças negras vão ter um espelho ao ver no jornal a foto de um negro que é presidente da mais alta corte e vem dando exemplos seguidos de combate à corrupção”, completou o advogado.

Para a posse, o ministro pe-

“O importante é que as crianças negras vão ter um espelho ao ver no jornal a foto de um negro que é presidente da mais alta corte

HUMBERTO ADAMI
advogado e amigo de Barbosa

diu para os discursos serem curtos e cortou os cumprimentos. A justificativa é seu problema crônico no quadril, que dificulta a permanência em uma solenidade longa.

As falas do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcante, do ministro do Supremo Luiz Fux e do próprio Barbosa devem ser breves.

A tradicional fila de cumprimentos que ocorre no Salão Branco do Supremo ficou restrita a autoridades, familiares e convidados dos ministros da corte.

Na noite de quinta, Barbosa ainda será homenageado em um jantar oferecido por três entidades de classe nacionais de juízes — AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil) e Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

As entidades não divulgam o valor gasto com o evento, que será em uma casa de festas de Brasília. A recepção terá coquetel e uma banda.

Presidente interino do tribunal até a posse, Barbosa despachou ontem em seu atual gabinete. A mudança para a presidência deve ocorrer após o evento desta quinta.

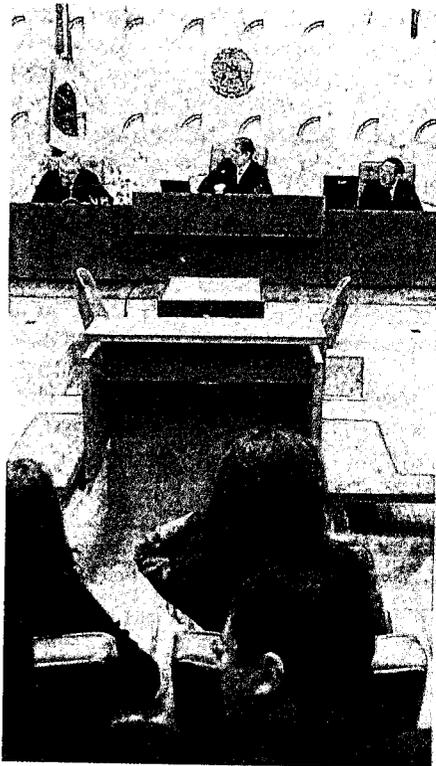
20 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

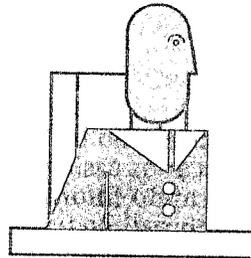
CONTINUAÇÃO

O QUE FAZ O PRESIDENTE

As novas responsabilidades de Joaquim Barbosa, que presidirá o STF

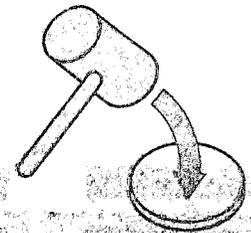


O STF, que terá o ministro Joaquim Barbosa como seu 44º presidente



MANDATO

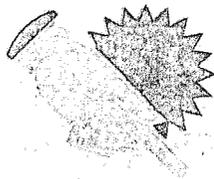
De dois anos, sendo proibida a reeleição para o período imediatamente depois do fim da presidência anterior



ATRIBUIÇÕES

- > Definir pauta dos julgamentos do plenário
- > Representar o tribunal perante outros poderes
- > Decidir questões urgentes nos períodos de recesso ou de férias
- > Conceder licenças aos ministros e aos demais servidores da Corte
- > Decidir intervenções dos advogados ou dos próprios ministros) ou submetê-las ao plenário
- > Proferir o "voto de qualidade" em casos de impasse ou de ausência, impedimento ou suspeição de um juiz

O presidente do Supremo também acumula a presidência do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)



COMO ACONTECE

> A escolha se dá por eleição de seus pares. Em tese, qualquer um pode ser eleito, mas a tradição é sempre

escolher o ministro mais antigo que ainda não ocupou a presidência

> Se essa mesma lógica for seguida nas próximas eleições, Joaquim

Barbosa será sucedido por Ricardo Lewandowski, seguido de Cármen Lúcia e assim por diante

20 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Tática de combate

Joaquim Barbosa diz a aliados que uma de suas primeiras medidas à frente do Conselho Nacional de Justiça será enfrentar a advocacia de filhos e cônjuges de magistrados de tribunais superiores. Como presidente do órgão, o ministro não pode impor regras, mas quer sugerir a proibição dessas atividades. Com isso, forçaria posicionamento dos conselheiros. Segundo assessores, Barbosa acredita que persuadirá os 15 integrantes do colegiado, mas prevê reação ostensiva da OAB.

Na carne Entre os possíveis afetados pelas mudanças nas normas estão filhos do atual corregedor do CNJ, ministro Francisco Falcão.

Pires No encontro com Dilma Rousseff, semana passada, o novo presidente do STF não sugeriu nomes para a vaga aberta na corte. Mas pediu apoio para o reajuste pretendido pelo Judiciário. Ouviu como resposta que este ano seria impossível.

MÔNICA BERGAMO

BOA VIZINHANÇA

Joaquim Barbosa, que assume a presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) na quinta, tem dito a interlocutores que achou a conversa que teve com Dilma Rousseff “excelente”.

●
A presidente o recebeu com simpatia e os dois trocaram ideias sobre o Judiciário.

96 contraponto

Pode vir quente

Polarizando com o relator Joaquim Barbosa em diversos momentos do julgamento do mensalão, o ministro Marco Aurélio Mello conversava sobre futebol com um grupo de advogados antes do início de uma das sessões no STF, quando resolveu brincar com os defensores:

—Vocês têm de tomar cuidado para não apreenderem os passaportes dos advogados também.

Paulo Sérgio Abreu e Silva, que defende Rogério Tolentino, prontamente respondeu, rindo:

—O meu é falso. É de Governador Valadares. Lá tem mais passaporte falso que metro quadrado.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

Nomes

RIO DE JANEIRO - Sou pessimista, adoto o lema que de hora em hora Deus piora. Isso vale para tudo, para mim e para o resto, quer dizer, o mundo, a galáxia e o trânsito do Leblon que será bagunçado pelas obras do metrô. Mas leio com atenção os comentários sobre o julgamento de mensalão, cujo resultado, segundo os entendidos, inaugura nova fase de nossa vida pública.

Não chego a tanto, mas sinto-me obrigado a ressaltar alguns nomes, que, com a exceção de um deles, aparentemente nada têm a ver com a ação penal 470.

O primeiro é Renata Lo Prete, que já foi ombudsman aqui na **Folha** e além de participar da cobertura jornalística do mensalão, foi a centelha que botou fogo no formidável escândalo. Sem entrar no mérito do seu entrevistado, o ex-deputado Roberto Jefferson, foi ela que deu o "Fiat" do maior acontecimento nacional do nosso tempo.

Outro nome que merece destaque histórico é Carlos Ayres Britto, que se aposenta do STF. Soube conduzir o processo com uma serenidade raríssima em tempos de exaltada confusão.

Deveria falar mais sobre o ministro, mas o Elio Gaspari, no último domingo, disse mais e com melhor estilo tudo o que eu queria dizer. Só me deixou espaço para lamentar a lei que aposenta compulsoriamente magistrados e funcionários públicos, estejam eles em condições excelentes para exercer suas funções.

Conheci um carteiro que foi aposentado aos 70 anos. Era popular no bairro. No final do ano, não pedia a tradicional gorjeta de festas, ele é quem dava jabuticabas de seu quintal, no Andaraí, para os clientes de sua zona postal. Todo Natal, vinha de casa em casa com um pacotinho de suas frutas.

Tenho a certeza que o Ayres Britto, em qualquer canto onde estiver, continuará a nos dar alguma coisa de bom.

20 NOV 2012

20 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

A favor das ações afirmativas

MARTA SUPPLY

Olhe em volta. Quantos colegas negros no escritório? Na escola dos filhos, no restaurante a que você vai? É preciso agir. O MinC lança hoje editais para negros

Tenho muito forte a convicção da necessidade de ações afirmativas para os negros. Essa posição vem de minha experiência morando nos EUA nos anos 1960, vivendo a batalha pela inclusão por meio de cotas raciais desta parcela excluída.

Por não falar bem inglês, fui colocada num curso de proficiência, juntamente com outros estudantes. Para minha surpresa, eu era a única branca numa classe de estudantes americanos. Eles quase que falavam pior que eu. Era um dialeto que na versão oral virava outra língua.

Não demorei para entender o porquê daquele grupo. As consequências para o país passei a entender mais tarde.

Entrar numa universidade da Ivy League (a seleção das 10 melhores dos EUA) só era e continua sendo possível com notas muito altas. Aqueles estudantes não tinham a mais leve chance de estar ali ou acompanhar as aulas sem um reforço forte. Passados 50 anos, eles formariam uma sólida classe média e ocupariam altos postos na condução do país. Um deles, estudante em outra destas universidades de excelência, chegaria à presidência dos EUA.

Essas oportunidades propiciaram a qualificação de milhares de jovens que levariam gerações para chegar ao patamar que hoje conquistaram. Eu vi acontecer, por isso acredito.

Sei que há negros que conseguem quebrar a barreira do preconceito. Não é a realidade da maioria. Olhe em volta. Quantos negros colegas no seu escritório? No seu clube? Na escola de seus filhos? Na fila do cinema ou nos restaurantes que você frequenta? Repare, agora, quantos em situação de serviço.

Os números mostram que tanto brancos pobres como negros que ingressaram por cotas nas universidades brasileiras têm se superado.

Daqui a algumas gerações não necessitaremos mais de cotas. Entretanto, toda ação para agilizar esta ascensão ainda é necessária. Nos beneficiários da Lei Rouanet, poucos são os que apresentam projetos e menos ainda os que, se aprovados, conseguem captar recursos.

Neste Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra — em São Paulo, declarado feriado na nossa gestão — o Ministério da Cultura lança editais em diversos segmentos para criadores, produtores e artistas que se declarem negros.

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) fará a implantação de 30 pontos de leitura e formação de autores negros em todas as capitais. Estes novos talentos serão publicados em livros e irão percorrer o Brasil na “Caravana de Escritores”, ao lado de nomes já consagrados. Também serão oferecidas bolsas para pesquisadores negros.

Estamos instituindo o Prêmio Funarte Grande Otelo para investir em criação, produção e fazer com que artistas e produtores negros ocupem palcos, ruas, escolas e galerias de arte de todo o país. Fomentaremos 33 projetos nas categorias artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória, além de pesquisa da produção artística negra no Brasil.

Por meio de nossa Secretaria do Audiovisual, vamos premiar seis produções em curta-metragem. Trabalhos dirigidos e produzidos por jovens negros, de 18 a 29 anos, com temática livre e a possibilidade de utilização de técnicas de animação.

Estas propostas amparam-se no Plano Nacional de Cultura e no Estatuto da Igualdade Racial, que prevê o combate à discriminação e às desigualdades étnicas e a implementação de incentivos e prioridade de acesso aos recursos públicos.

O governo Dilma, através destas ações afirmativas do Ministério da Cultura, combate o preconceito e investe na expressão artística para preservar nossas raízes. Neste caminho, todos nós sairemos maiores.

MARTA SUPPLY, 67, é ministra da Cultura. Foi prefeita de São Paulo (2001-2005), ministra do Turismo (2007-2008) e senadora (2011-2012)

20 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Escolhida para Educação é ré em processo

Cotada por Haddad para ocupar a pasta em SP, Cleuza Repulho é investigada por suposto desvio em Santo André

Atual secretária da Educação em São Bernardo, ela diz que acusações decorrem de disputas políticas

Escolhida pelo prefeito eleito Fernando Haddad (PT) para ocupar a Secretaria de Educação, Cleuza Repulho é ré em um processo que investiga um esquema de desvio de R\$ 49 milhões na Prefeitura de Santo André.

Cleuza ainda não foi confirmada no secretariado porque Haddad quer antes falar com o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho (PT). Atualmente, ela é secretária da pasta no município.

Os supostos desvios ocorreram entre 2005 e 2008, quando ela era a titular da Educação em Santo André.

O ex-prefeito da cidade João Avamileno (PT) também é réu no processo. Os dois negam irregularidades.

Em ocasiões anteriores, Cleuza afirmou que as denúncias eram decorrentes de disputas políticas (leia texto nesta página).

De acordo com o Ministério Público, que apresentou ação de improbidade administrativa no ano passado, a Secretaria de Educação repassava verbas para uma ONG que não comprovou a realização dos serviços.

O Instituto Castanheira foi contratado para atendimento de adolescentes e qualificação de professores.

A primeira presidente da ONG era vizinha de Cleuza, e

um idealizador do instituto era ex-namorado dela.

Em sua gestão como secretária em São Bernardo, outro contrato com uma ONG (a Paradigma) também passou a ser investigado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. A apuração é se pessoas próximas a ela se beneficiariam do contrato de cerca de R\$ 3 milhões.

Cleuza enfrenta ainda uma campanha do sindicato dos servidores públicos de São Bernardo que pede sua saída do cargo. A mobilização tem até camisetas com a frase "Fora Cleuza".

O sindicato reclama de uma proposta da secretaria, ainda não formalizada, de realizar concursos públicos apenas para professores, excluindo outras funções como coordenador e orientador pedagógico e diretor de escola.

MELHORIAS

Apesar dos protestos de parte dos servidores, a qualidade da educação municipal de São Bernardo melhorou na gestão de Cleuza, levando em conta o Ideb (índice federal que avalia o conhecimento dos alunos e a aprovação).

Entre 2009 e 2011, a nota subiu de 5,6 para 5,8, quase batendo a meta esperada para 2013. A nota de São Paulo, por exemplo, foi de 4,8 em 2011.

Com pós pelo Mackenzie, Repulho também foi consultora da Unesco e trabalhou com Haddad no Ministério da Educação.

Secretária nega irregularidade em convênios

A secretária de Educação de São Bernardo do Campo, Cleuza Repulho, não foi localizada ontem por sua assessoria. A **Folha** tenta entrevistá-la desde a quinta-feira.

Na época que o Ministério Público moveu ação contra ela, Repulho e o ex-prefeito João Avamileno negaram irregularidades. Ela atribuiu a acusação à disputa política e disse que só conhecia a ex-presidente da ONG como educadora.

20 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça livra Lula de ação que pedia R\$ 9,5 mi de volta

Procuradoria no DF acusava ex-presidente e ex-ministro da Previdência de promoção pessoal e favorecimento ao BMG

Para juiz, houve erro; Lula só poderia ter sido processado durante o mandato, por crime de responsabilidade

A Justiça do Distrito Federal livrou ontem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-ministro da Previdência Amir Lando de uma ação de improbidade administrativa que pedia a devolução de R\$ 9,5 milhões aos cofres públicos.

O juiz Paulo Cesar Lopes, da 13ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, extinguiu a ação proposta pelo Ministério Público Federal em janeiro de 2011 por entender que houve erro técnico.

Segundo ele, o Ministério Público só poderia ter processado Lula durante o mandato — e por meio de outra ação, a de crime de responsabilidade. Para o magistrado, o MPF poderia ter usado ações civis comuns para ressarcimento dos danos, mas não a de improbidade administrativa, que pode acarretar na suspensão dos direitos políticos.

A Procuradoria da República no Distrito Federal acusava Lula e o ex-ministro de uso da máquina pública para realizar promoção pessoal e favorecer o Banco BMG, envolvido no esquema do mensalão, pelo envio de 10,6 milhões de cartas a segurados

do INSS de outubro a dezembro de 2004.

Segundo a procuradoria, cartas assinadas por Lula e Lando informavam sobre consignados com taxas de juros reduzidas. À época, o BMG era o único banco privado que oferecia esse empréstimo, dizia a acusação.

O BMG vendeu em 2004 parte da carteira de crédito consignado à Caixa Econômica Federal por R\$ 1 bilhão.

No caso do mensalão, o BMG foi acusado de abastecer o valerioduto com mais de R\$ 30 milhões. A Procuradoria-Geral da República, responsável pelo processo do mensalão, preferiu desmembrar as acusações sobre a atuação do BMG no escândalo, e essa parte foi para a Justiça Federal de Minas Gerais.

Lula, em viagem, Lando e o BMG não foram encontrados para comentar a decisão.

20 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Oposicionista obtém acesso a lista de e-mails da OAB-SP

Decisão do Tribunal Regional Federal da
3ª Região deve ser cumprida ainda hoje

O desembargador federal Márcio Moraes determinou que a OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paulo) entregue até hoje os endereços eletrônicos atualizados dos advogados inscritos na entidade para a chapa "OAB 100% Oposição", liderada por Ricardo Sayeg.

A OAB-SP tem eleições marcadas para a quinta-feira da próxima semana, dia 29. Concorre à presidência, pela situação, o advogado Marcos da Costa. A oposição tem duas chapas: a de Sayeg e a comandada por Alberto Toron.

A decisão de Moraes atendeu a pedido de Sayeg, representado pelo escritório Olímpio de Azevedo Advogados. Em seu despacho, o desembargador afirma que "também os candidatos da oposição devem ter acesso aos endereços eletrônicos dos advogados inscritos na OAB-SP".

O tema da não entrega dos e-mail já havia surgido no debate que a **Folha** realizou em seu auditório, no dia 5 passado, com os três candidatos.

Na ocasião, Sayeg pediu a liberação dos endereços para que todos os candidatos pudessem apresentar suas propostas aos profissionais inscritos na entidade.

20 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

Sucessão no TRE

O desembargador Rogério Coelho, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, foi eleito como o novo Presidente do TRE-PR. A posse está prevista para o dia 1º de fevereiro de 2013.

20 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

OAB/PR

Chapa XI de Agosto é confirmada

A seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR) confirmou ontem a eleição da chapa “XI de Agosto”, encabeçada por Juliano Breda, para o comando da entidade no Estado. Atual secretário-geral, Breda presidirá a instituição em mandato que vai de 2013 a 2015.

O processo de votação na eleição da nova diretoria transcorreu com tranquilidade. O movimento foi grande durante a manhã, mas não houve filas. De acordo com o presidente da Comissão Eleitoral, Áli Haddad, o fato da votação ser realizada com urnas convencionais e votação manual, sem as urnas eletrônicas utilizadas em eleições anteriores, não afetou o bom andamento dos trabalhos. “A estrutura está muito boa, estamos oferecendo cada vez mais condições de atender os advogados, com conforto e acessibilidade”, disse. O atual presidente da OAB Paraná, José Lucio Glomb, esteve no Expo Renault Barigui, onde aconteceu a votação dos advogados curitibanos, e elogiou a participação dos advogados.

20 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

CONTE ATÉ 10

Campanha contra violência banal

Autoridades do Ministério Público do Paraná e das áreas da Educação, Segurança Pública e Justiça lançaram ontem, no Colégio Estadual Aníbal Khury Neto, no bairro Uberaba, em Curitiba, a campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude". Criada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), com o apoio da Secretaria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça, a campanha tem como objetivo principal combater os homicídios cometidos por impulso, que ocorrem após desentendimentos banais ou aqueles que, por meio de uma reflexão, poderiam ser evitados. Para isso, a iniciativa visa disseminar o lema "Conte até 10", por meio de diversas atividades e mobilizações, com o apoio de esportistas e lutadores que, fora dos tatames e octógonos, cultivam uma atitude de paz.

No Paraná, estimativa feita a partir de informações das Promotorias de Justiça ligadas à área criminal mostra que cerca de 21% dos casos de homicídio estão relacionados à motivação banal, conjugada com a embriaguez. Soma-se, ainda, a este número os crimes praticados em função de violência doméstica (7%) e os passionais (2%).

Durante o lançamento, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, disse que a campanha faz parte de um processo cultural de combate à violência. "O Ministério Público não quer levar ao banco dos réus aquele que, se tivesse contado até dez, não teria cometido um crime", ressaltou. "A campanha visa propagar a cultura da paz".

20 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

ROSA ANDRADE

Consciência Negra: A importância das ações afirmativas no Brasil

A Organização das Nações Unidas (ONU) inicia, em dezembro deste ano, as comemorações da Década Internacional dos Povos Afrodescendentes (2013 – 2022), tendo como tema 'Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento'. O objetivo geral é dar maior visibilidade às demandas dos(as) negros(as) de todo o mundo.

O Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Afrodescendentes do Alto Comissariado de Direitos Humanos (ONU) estabeleceu um conjunto de estratégias para estimular a criação de melhores condições econômicas, políticas, sociais e culturais para milhões de homens e mulheres de ascendência africana ao redor do mundo, que hoje em dia sofrem a exclusão social em suas respectivas sociedades.

É urgente a superação do atual modelo de desenvolvimento, no qual predominam a destruição do meio ambiente, a degradação dos espaços coletivos de vida e de trabalho e o desrespeito à cidadania e à população negra.

Neste ano, no Brasil, as iniciativas para implementação das políticas de ações afirmativas voltadas à população negra foram ampliadas. Diante das comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra – em 20 de novembro –, é importante ressaltar que há um número expressivo de programas que tratam especificamente da questão étnico-racial, firmados tanto no âmbito governamental (Plano Plurianual 2012) quanto na esfera das parcerias com instituições não go-

vernamentais e com empresas.

Também é possível identificar, no contexto brasileiro, a crescente importância atribuída à educação e à legislação no enfrentamento ao racismo, refletida nos esforços significativos, praticados na rede escolar, para alinhar-se ao que estabelece a Lei Nº. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas do País.

A CARE Brasil trabalha em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, sem pobreza, com oportunidades para todos e respeito à diversidade. Nesse sentido, está atenta às discussões voltadas à superação das desigualdades étnico-raciais, à correção das assimetrias que estruturam a dinâmica da sociedade brasileira e ao apoio à formulação e à implantação de políticas de ações afirmativas.

A organização evidencia em seus objetivos e adota em seus programas tecnologias sociais ações que possam garantir a pluralidade do patrimônio sociocultural e a valorização da cultura negra local, posicionando-se a favor do desenvolvimento de relações étnicas positivas, orientadas no sentido de combate ao racismo e às discriminações. Esses temas transversais estruturam a dinâmica das comunidades para a promoção do desenvolvimento humano.

Rosa Andrade é conselheira honorária do Conselho Deliberativo da ONG

CARE Brasil, bióloga especialista em biotecnologia e em projetos de estudo étnico-raciais com ênfase na população negra.

20 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

TIM

Justiça mantém decisão da Anatel

A Justiça Federal do Distrito Federal manteve a decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de suspender uma nova promoção da TIM. A operadora havia entrado com um mandado de segurança para tentar reverter a decisão, alegando que a determinação da Anatel feria a livre concorrência. Em sua decisão, o juiz da 17ª vara civil, Flávio Marcelo Sérgio Borges, criticou a “ânsia lucrativa” da TIM e considerou que a agência tinha a prerrogativa de suspender a ação com objetivo de assegurar a qualidade do serviço. “Há metas de qualidade a serem atingidas, objetivo que, por vezes, impõe à Agência atuação mais intensa”, afirma o juiz.

Portal Pérola

19/NOV/2012

Inaugurado hoje as novas dependências do Fórum de Pérola

Em solenidade realizada hoje, conduzida pelo radialista Joel Wenceslau Marques, foi reinaugurada as novas dependências do Fórum da Comarca de Pérola. O Fórum que foi instalado no município em 12 de novembro de 1978 no Governo Zé Richa, ganhou sua sede própria localizada a Av. Café Filho, 35 em 14 de janeiro de 1985, com aproximadamente 400 mt².

Após as reformas e ampliação, as dependências do fórum passam a ter praticamente o dobro de área construída, 800 mts².

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Miguel Kfoury Neto, a Juíza de Direito Dr^a. Juliane Velloso Stankevecz, Dr^a. Camila Adami Martins (Promotora de Justiça da Comarca de Pérola), Dr. João Eduardo Caliani (representando da OAB-PR, em Pérola), Claiton Cleber Mendes (prefeito de Pérola), Daniel Borges (Presidente da Câmara Municipal de Pérola) e o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Ivan Bonilha, compuseram a mesa de honra

A cerimonia que foi de caráter público, contou com a presença de Juízes, Advogados, Promotores, Prefeitos, Vereadores, servidores Municipais, Padre, representantes da Polícia Militar, funcionários do Fórum e sociedade Civil. O Desembargador ressaltou a importância da obra para a comarca, e enfatizou o patamar em que o município de Pérola, com um índice de emprego zero. A cerimonia chegou ao fim com o descerramento simbólico da Placa Alusiva a inauguração.